

“NADA CONSTA!”: O ATESTADO IDEOLÓGICO E SUA INFLUÊNCIA NA EDUCAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR (1964 - 1979)

“¡NADA CONTIENE!”: EL CERTIFICADO IDEOLÓGICO Y SU INFLUENCIA EN LA EDUCACIÓN EN RIO GRANDE DO SUL DURANTE LA DICTADURA CIVIL-MILITAR (1964 - 1979)

Carlos Eduardo da Silva Pereira¹

Resumo: O presente artigo visa analisar o impacto da prática dos Atestados Ideológicos na educação básica no Rio Grande do Sul entre os anos de 1964 a 1979, contextualizando-o dentro do Estado policial e ditatorial vivido nesse período. Serão analisados nesse artigo três tipos de fontes: legislação da época, documentação das polícias políticas e os processos de exoneração e aposentadoria da Casa Civil. Esse “tripé” de fontes será colocado em conexão, visando contextualizar a prática dos Atestados Ideológicos para além da própria rotina administrativa das Seções de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul. Além disso, será feita a relação entre a prática das autarquias federais, estaduais e municipais visando demonstrar a maneira como a prática dos Atestados Ideológicos na educação funcionava nos diferentes níveis.

Palavras-chave: Ditadura Civil-Militar. Atestado Ideológico. Educação.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar el impacto de la práctica de los Certificados Ideológicos en la educación básica en Rio Grande do Sul desde 1964 hasta 1979, contextualizándola dentro de la policía y el estado dictatorial vivido en este período. En este artículo se analizarán tres tipos de fuentes: legislación de la época, documentación de la policía política y los procesos de destitución y retiro de la Casa Civil. Este "trípode" de fuentes se conectará, con el objetivo de contextualizar la práctica de los Certificados Ideológicos más allá de la rutina administrativa de las Secciones Políticas y Sociales de Rio Grande do Sul. Además, la relación entre la práctica de las autoridades federales, autoridades estatales y locales para demostrar cómo funciona la práctica de los Certificados Ideológicos en educación a diferentes niveles.

Palabras clave: dictadura civil-militar. Certificado ideológico. Educación.

Considerações iniciais : o tema, as fontes e os métodos

Figura 1. Milôr e os canais competentes. A autoria de Millôr Fernandes (1976)

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Bolsista CNPq. E-mail: eduardocls8@gmail.com



Fonte: Antologia Brasileira de Humor. J a Z, Volume 2.

A charge acima revela um pouco da importância e da natureza do tema. Ao criar essa tirinha, Millôr Fernandes tentou demonstrar o mundo paralelo na repressão política durante a ditadura civil-militar brasileira². Paralelo porque enquanto as polícias políticas e os órgãos de repressão e informação quebravam o tecido social através da ação direta da tortura, das perseguições e prisões políticas, outro aspecto da violência e do terrorismo de Estado atuava, dando suporte e muitas vezes sendo também instrumento central da ação repressiva. Esse aspecto era a burocracia. Assim como a charge demonstra, enquanto pessoas eram torturadas, os escrivães de polícia e os funcionários incumbidos de cuidar dos arquivos dos órgãos de informação exerciam grande influência na vida da população brasileira emitindo atestados de ideologia. A burocracia tinha, sem dúvida, papel importante no regime. No Rio Grande do Sul os funcionários estavam constantemente mobilizados em torno da eficiência da burocracia e da normatização de documentos porque a informação e o uso dela eram cruciais (LIEBERKNECHT, 2011).

² Algumas obras importantes sobre o assunto: Alves, Maria Helena Moreira. Estado e Oposição no Brasil. (1964-1984); ARNS, Dom Paulo Evaristo. Brasil: Nunca Mais; REZENDE, Maria José de. A Ditadura Militar no Brasil - Repressão e Pretensão de Legitimidade.

Essa charge talvez seja a única que aborde tal tema. "Nada consta!" era a maneira como eram respondidas as solicitações de atestados de ideologia quando deferidas. O interesse por essa temática, ou seja, o lado burocrático da repressão está justamente na tentativa de demonstrar as outras formas que a ditadura civil-militar buscou para controlar a sociedade e afastar opositores, para além das prisões políticas, torturas e perseguições. Negar o direito de muitas pessoas ao trabalho e outras formas do exercício de cidadania facilitava o controle de grupos clandestinos, ao mesmo tempo em que servia também para manter essas pessoas na clandestinidade (obviamente muitos utilizaram documentos falsos e subterfúgios na lei para escaparem do "crivo ideológico").

Durante cerca de um ano e meio enquanto estagiava no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRs)³, tive acesso à documentação produzida durante a ditadura civil-militar brasileira no âmbito do Rio Grande do Sul. E entre toda a documentação a questão dos atestados de ideologia chamava a atenção. Primeiramente pelo fato de como ele era normatizado, sendo o produto final de uma ampla e complexa rede de informações e atingindo diferentes categorias profissionais e tendo diversas utilidades. O que demonstra a documentação do AHRs é que esse documento era solicitado para os mais diversos fins: ingresso no magistério público municipal e estadual, licença para o porte de arma, licença para a caça, licença para a Carta Blaster, para carteira de motorista, para empregos públicos no geral e até mesmo em empresas privadas, para ingressar na polícia, para se detetive particular, para ser informante dos órgãos de informação e, em alguns, até mesmo para abrir uma empresa.

Além disso, pude perceber também que ele fazia parte de um amplo conjunto de debates e ações na sociedade da época, sendo citado em discursos na Câmara dos Deputados, em Projetos de Lei e também sendo pauta em movimentos de luta nesse período. Apesar disso, poucos pesquisadores desenvolveram algum tipo de estudo em torno desse instrumento de controle, o que se revelou ser um fértil campo para a

³ Para mais informações sobre o catálogo e o acervo da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul/Seções de Ordem Política e Social ou de movimentos que pertenciam à luta contra a Ditadura civil-militar consultar o Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul através do e-mail: ahrs@sedac.rs.gov.br.

pesquisa do período. Os atestados de ideologia são realmente muito citados em diversos trabalhos que foram utilizados no presente artigo, mas não existe uma preocupação em entender esse mecanismo com profundidade, o que acaba por ser uma lacuna nas pesquisas sobre a ditadura civil-militar brasileira. Portanto, para explorar o tema e a capacidade dessa fonte, principalmente no que diz respeito à educação básica é que escrevi esse texto.

As fontes aqui utilizadas foram diversas. Desde documentação do legislativo até documento de movimentos sociais como o Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA). Mas as fontes principais e de maior importância são as que pertencem ao Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Além de explorar o tema, o presente artigo visa também difundir o potencial das fontes do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul para futuras pesquisas historiográficas sobre a Ditadura Civil-Militar. Entre as fontes provenientes do AHR⁴ estão: a documentação da Casa Civil (Comissão Geral de Investigações), as correspondências entre o Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (DOPS/RS) e as Seções de Ordem Política e Social das Delegacias Regionais de Polícia (SOPS/DRP's), a documentação do Acervo Particular Tarso Dutra (APTD) e os documentos do Acervo Particular do Movimento Feminino Pela Anistia (APMFPA).

No presente artigo busquei articular materiais provenientes de outros acervos e arquivos como a documentação do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. A questão chave da metodologia foi perceber a documentação através do conceito de arquivos repressivos. Quanto a isso, Beatriz Kushnir define que esses arquivos não podem ser considerados como a "verdade da vida dos indivíduos neles registrada, mas sim como a

⁴ O presente artigo é fruto de uma pesquisa em mais de 600 documentos provenientes das Seções de Ordem Política e Social, dos quais, cerca de 200 foram selecionados porque tratavam especificamente sobre os atestados de ideologia, e esses foram inseridos em diferentes categorias de análise, sendo uma dessas categorias a de nome "EDUCAÇÃO/ENSINO/PROFESSORES/ESTUDANTES", o que possibilitou o recorte temático desse texto. No entanto, o acervo das SOPS ainda não foi totalmente descrito e disponibilizado ao público, a estimativa é que o acervo conte com mais de 400 documentos (no total) como correspondências, memorandos, documentos administrativos, protocolos e radiogramas que tratam especificamente sobre os atestados de ideologia (solicitação, deferimento, indeferimento, tramites legais, cancelamentos de notas, aplicações e investigações em torno desse objeto em questão).

expressão da lógica da desconfiança que permeava um órgão com características ditatoriais" (KUSHNIR, 2006, p. 51).

Através dessa perspectiva, foi possível relacionar as fontes provenientes dos órgãos de repressão para além daquilo que elas mesmas diziam, e colocá-las em contraponto com outros conceitos e fontes e com isso, possibilitando uma maior contextualização dos fatos relatados em cada documento. O artigo apresenta-se então dessa maneira, como uma forma de explorar um tema ainda pouco conhecido e difundir fontes documentais de extrema relevância para a pesquisa historiográfica.

Antecedentes: o percurso do atestado ideológico como uma política de Estado

O atestado ideológico foi um documento amplamente utilizado pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Esse documento servia para comprovar a idoneidade política, social e ideológica do solicitante. A aplicação desse instrumento burocrático foi responsável pela manutenção da ordem e do controle social nos períodos mais autoritários na História do Brasil Republicano⁵. Isso se deve ao fato de que o indeferimento desses atestados significava uma série de entraves na vida do solicitante, levando o mesmo a um estado de exclusão social ou ainda, “despolitizando” as massas e promovendo o afastamento de pessoas contrárias aos interesses nacionais de instituições e espaços de convivência social.

Esse instrumento de controle político e social possui um longo trajeto no período anterior à Ditadura Militar. O início da implantação desse mecanismo ainda é incerto, no entanto, as fontes indicam que a aplicação desse documento ocorreu ainda na década de 1930 (GIANNOTTI, 2010; BUONICORE, 2000). Sua primeira função foi a de

⁵ Alguns autores citam o Atestado Ideológico em outros períodos do Brasil Republicano, cada um desses autores, apesar de tratar sobre esse objeto apenas tangencialmente, fornecem um bom pano de fundo histórico para contextualizarmos a prática dos atestados em outros períodos. Para mais informações sobre o assunto: Vito Giannotti, Cem Anos de Lutas da Classe Operária no Brasil 1880 – 1980; Rosângela Pereira De Abreu Assunção, DOPS/MG IMAGINÁRIO ANTICOMUNISTA E POLICIAMENTO POLÍTICO (1935-1964); Sergio Leite Lopes, História e Transformações do Sindicalismo Brasileiro; Iolanda Francisca Barroso Kümmel e Marcelo Barroso Kümmel, Sindicalismo Brasileiro: Do Sindicato Controlado de Getúlio à Liberdade Sindical de 1988; Augusto César Buonicore, Sindicalismo vermelho: a política sindical do PCB entre 1948 e 1952; Larissa Rosa Corrêa, O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL DE SÃO PAULO: AS ATIVIDADES DA POLÍCIA POLÍTICA E A INTRINCADA ORGANIZAÇÃO DE SEU ACERVO; Ângela de Castro Gomes, A Invenção do Trabalho.

controlar a vida sindical⁶, sendo um dos pré-requisitos para cargos eletivos nas associações de trabalhadores. Isso correspondia a um projeto de unidade nacional através da classe trabalhadora (GIANNOTTI, 2010). Dessa forma, o governo e o Ministério do Trabalho procuravam consagrar "[...] o princípio da unidade" e definir as associações profissionais como órgãos "consultivos e de colaboração com o poder público [...]" (GOMES, 2005, p. 163).

Apesar da prática dos Atestados de Ideologia ter iniciado na década de 1930, durante o primeiro governo Vargas, sua utilização se estendeu até 1952. Nesse período o a herança getulista buscava ares mais democráticos através do PTB. Prova disso é que o próprio Vargas foi responsável pela extinção desse mecanismo. Através da lei nº 1.667, de 1º de setembro de 1952 que revogou a alínea a do art. 530 da CLT, que previa a solicitação do Atestado Ideológico. A partir dessa lei foi possível a extinção desse mecanismo de controle e a criação de um ambiente político que dava uma nova vida para as associações representativas sindicais no Brasil (BUONICORE, 2000).

1964: O atestado ideológico nas universidades e representações estudantis e os primeiros anos da Ditadura Militar

Apesar da extinção do Atestado de Ideologia em 1952 e das novas delineações da política e dos movimentos sociais durante o período da “experiência democrática”, o

⁶ Durante a década de 30, o Brasil passou por uma profunda mudança social, política e econômica. Giannotti (2010) afirma que até 1930 o Brasil era governado por elites latifundiárias, essas elites viam a questão dos sindicatos e dos trabalhadores como uma questão de polícia, ao mesmo tempo em que o setor industrial no período era muito incipiente. O mesmo autor também afirma que após o golpe de 1930, o poder se deslocou, a elite industrial começou a ter um peso maior na vida política brasileira e o próprio desenvolvimento econômico do país esteve atrelado ao crescimento das fábricas, a uma profunda política de desenvolvimento econômico e a um novo projeto de nação e cidadania. No mesmo sentido, Giannotti (2010) afirma que dentro desse contexto foi possível também um olhar diferente para a questão dos trabalhadores e dos sindicatos, ao invés de reduzir as tensões sociais à violência policial, o governo e as elites econômicas da época procuraram regulamentar os sindicatos através de diversas legislações, que atrelavam as estruturas de representação de trabalhadores ao governo e ao Ministério do Trabalho (que também foi criado nessa época). Essas regulamentações foram responsáveis pela introdução dos atestados de ideologia no meio sindical. Para mais informações sobre o tema e a questão dos atestados de ideologia no período, consultar o seguinte artigo: PEREIRA, Carlos Eduardo da Silva. “Nada consta!”: uma perspectiva historiográfica sobre o atestado de ideologia política (1931-1952 e 1967-1979).

<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/oficinadohistoriador/article/view/34138/19300>

Brasil entra, em 1964, em um novo processo político. O golpe de Estado naquele ano e a instauração da Ditadura civil-militar no Brasil institucionalizou a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) nas diferentes instituições políticas e esferas da sociedade brasileira. Para Enrique Padrós (2005), a importância e a origem da DSN na América Latina podem ser observadas através de dois pontos:

De um lado, o fator repressivo de tais sistemas decorreu da pressão exercida pelo capital internacional e pelas elites locais, para a imposição de um novo modelo de acumulação. Por outro, os regimes de Segurança Nacional resultaram da radicalização das contradições de classe e do avanço de projetos reformistas ou revolucionários, principalmente a partir da vitória da Revolução Cubana (PADRÓS 2005, p. 52).

Ainda de acordo com PADRÓS (2005), a Doutrina de Segurança Nacional pregava uma ideia de pertencimento a uma comunidade nacional e os antagonismos dentro desses governos (que se implantaram ao longo da década de 60 e 70 no cone-sul) eram sistematicamente combatidos. A lógica da DSN era o combate ao inimigo interno, esse, no primeiro momento, tinha o rosto do comunismo e dos movimentos revolucionários, apesar de que nesse período (década de 1960) a única proposta revolucionária organizada a nível nacional com potencial revolucionário era a cubana (HOBSBAWM, 2017). O que se pensava, no entanto, para além do anticomunismo, era a despolitização da sociedade. Joseph Comblin (1978, p. 89) afirma que a ideologia nos sistemas autoritários admite “um pluralismo limitado” entre as elites que se organizam “em grupos diferentes” e esses “são escolhidas pelas autoridades” que admitem “certa autonomia”, já em relação à população no geral, o que se propõe é o contrário, não há ideologia e se tenta constantemente “despolitizar as massas”.

Portanto, a despolitização das camadas populares necessitava do aparelhamento do Estado e da criação de mecanismos que pudessem afastar os críticos e opositores do regime das instituições e espaços de convívio social. Portanto, já nos primeiros dias após o golpe de primeiro de abril de 1964, o governo ditatorial brasileiro instalava a denominada “operação limpeza”. De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta (2014), a Operação Limpeza esteve presente em toda essa primeira fase da Ditadura

Militar do Brasil. Esse período foi marcado pelos expurgos, demissões, prisões, aposentadorias compulsórias, afastamentos e exonerações de cargos públicos (civis e militares). A “*Operation Clean Up*” (como era chamada por agentes estadunidenses no período) representava outro ponto importante dentro da lógica da Doutrina de Segurança Nacional: a criação de um cenário favorável, livre de antagonismos, para a implantação de um projeto modernizante, ou, como define Motta (2014), para a implantação de uma Modernização Autoritária ou Conservadora.

Ainda de acordo com Motta (2014) a modernização autoritária consistia na ideia de que a sociedade (nesse caso o Brasil) só se desenvolveria plenamente através de um maciço projeto desenvolvimentista em todos os setores da sociedade, aliado a um esforço constante de vigilância e repressão a grupos, indivíduos, instituições, ideias e ações contrárias a essa lógica. Dentro desse pensamento, Motta (2014) define que a educação e principalmente as universidades, estavam no cerne dos debates que envolviam o desenvolvimento nacional, já que o governo nesse momento estava priorizando uma nova forma de se pensar a educação através não só de reformas e investimentos no desenvolvimento das ciências, mas também através de mecanismos capazes de coibir a “subversão” e as transgressões ideológicas nessas instituições. Essas reformas de acordo com o autor apropriaram-se de:

[...] algumas ideias lançadas por progressistas e reformistas, mas as adaptaram e, sobretudo as aplicaram de maneira autocrática e elitista. Na mesma linha, vale à pena destacar que as duas grandes reformas do ensino superior no Brasil, no século XX foram promovidas por ditaduras: a reforma Francisco Campos, em 1931, e a reforma do regime militar. Diferencia as políticas educacionais dos dois experimentos autoritários o fato de que, no segundo, o expurgo foi mais grave, como se verá, embora professores também tenham sido demitidos e presos na fase dura do regime varguista. (MOTTA, 2014, pg. 12)

É justamente nesse ponto onde o Atestado de Ideologia reaparece. Aliando a ideia das reformas universitárias ao espectro da Doutrina de Segurança Nacional, os atestados aparecem como a solução para o afastamento dos opositores e para a manutenção da “ordem” trazida pela Operação Limpeza. No dia 25 de Abril de 1964,

poucos dias após o golpe de primeiro de abril, o deputado Haroldo Duarte denunciava no congresso nacional, através de sua fala intitulada “A Ideologia de um Ministro”:

O Sr. Flávio Suplicy de Lacerda (Ministro da Educação) dispõe de amplas experiências expurgatórias, Quando reitor da Universidade do Paraná, mandou arrancar capítulos e páginas de volumes de Eça de Queiróz, Pérez Galdós e até de Enciclopédias, para proteger contra opiniões “indesejáveis” a inocente mocidade paranaense. Agora lhe chegou ao conhecimento que em seu Ministério trabalham servidores de Ideologia diferente da sua, talvez leitores de Eça de Queiroz e outros autores proibidos em Curitiba. Baixou portaria de 20 de abril, exigindo de todos os funcionários do MEC um atestado ideológico. (DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, 25 de Abril de 1964, p. 13)

Ainda na fala de Haroldo Duarte, o deputado denunciava que essa prática era “Inconstitucional”. Esse Atestado Ideológico, no entanto, era um pouco diferente daqueles expedidos pelo DOPS. Na fala do deputado Haroldo Duarte, ele descreve que a portaria exigia que: os servidores declarem sua ideologia [,] comuniquem nomes de amigos e conhecidos que professem ideologia subversiva [e] que a declaração seja assinada por duas testemunhas (DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL, 25 de Abril de 1964, p. 13). Ao que tudo indica, os atestados ideológicos serviam para a manutenção da ordem no cenário da operação limpeza, mas ao mesmo tempo, era um complemento do próprio controle social implantado na época, considerando que nesse caso, os atestados foram implantados paralelamente aos expurgos e às demissões compulsórias.

Esse primeiro atestado de ideologia durante a Ditadura Militar atingiu basicamente a alçada do MEC. Funcionários, reitores, representantes, professores, etc. Posteriormente, no mesmo ano, o Atestado Ideológico implantado no Ministério da Educação pelo ministro Flávio Suplicy atingiu outra categoria relacionada à educação, através da lei Suplicy. Essa lei, sancionada em 9 de novembro de 1964 regulamentava os órgãos de representação estudantil. No artigo 14º o Presidente e o Ministro da Educação definiam que era vetado “aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário” e no Art. 17 a lei definia que “O Diretor de Faculdade ou Escola e o Reitor de Universidade incorrerão

em falta grave se por atos, omissão ou tolerância, permitirem ou favorecerem o não-cumprimento desta Lei" (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1964).

A lei Suplicy pretendia despolitizar e neutralizar a ação dos movimentos estudantis, somado a isto, as reitorias que nesse momento estavam sob intervenção, pressionavam as entidades estudantis e as eleições dos Centros e Diretórios Acadêmicos por conivência ou medo da responsabilização, fazendo com que as comprovações de idoneidade ideológica se estendessem até o meio estudantil. Paralelamente, a Operação Limpeza atingia a educação básica a nível Estadual e Municipal, promovendo uma série de demissões, exonerações e aposentadorias compulsórias e preparando o terreno para a ampliação da prática dos Atestados de Ideologia. A vigilância para esses atos era feita através dos aspectos ideológicos, e a noção era que a ideologia fosse prejudicial para a sociedade, num neologismo, alguns falariam em "ideologização" e tentativas de "desideologizar". A autora Marilena Chauí afirma que a ideologia é "fato social" e é:

[...] produzida pelas relações sociais [e] possui razões muito determinadas para surgir e se conservar, não sendo um amontoado de ideias falsas que prejudicam a ciência, mas uma certa maneira da produção das ideias pela sociedade, ou melhor, por formas históricas determinadas das relações sociais (CHAUÍ, 2004, p.13).

Observando mais de perto a questão da vigilância e coleta de informações por parte do aparato repressivo para reprimir opiniões ideológicas e inimigos políticos inconvenientes, encontramos uma série de braços operacionais e agências de diferentes sistemas de informação sendo instaladas nas mais variadas instituições brasileiras. Em 1967, a instalação das Divisões de Segurança e Informações (DSI) nos Ministérios de Estado operacionalizou a vigilância a servidores e contratados nas hierarquias ministeriais. Os decretos 60.940 de 1967 e 62.803 de 1968 regulamentavam a atividade das DSI's. O levantamento de informações para a investigação dos contratados pelo Ministério da Educação era regulamentado por esses dois decretos, que previam a comunicação entre diferentes aparelhos repressivos da época. Uma ficha de levantamento de dados no Arquivo Particular Tarso Dutra,

guardado pelo Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul demonstra que o levantamento de informações para a contratação de funcionário no MEC era operacionalizado através de diferentes arquivos. Na ficha o levantamento de dados sobre os candidatos a diferentes vagas foi feito através dos seguintes órgãos: as Delegacias Regionais (DR), os Departamentos de Polícia Federal (DPF), as Secretarias de Segurança Pública (SSP), o Centro de Informações do Exército (CIE), O Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), os Departamentos de Ordem Política e Social (DOPS) e o Serviço Nacional de Informações (SNI) (Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – Acervo Particular Tarso Dutra. subsérie 03.5 – Terrorismo de Estado).

É importante ressaltar que essas vigilâncias aconteciam nas mais variadas instâncias da vida pública e privada dos investigados e perseguidos. Os autores Maria Hermínia de Almeida e Luiz Weiss definem que a relação com a opressão, a censura e o exílio se intrometia “no trabalho e tornavam os destinos pessoais indissociáveis das atitudes públicas de cada qual e das contingências da política” (DE ALMEIDA; WEIS, 1998, p. 348). Tanto o DOPS quanto as DSI's e demais órgãos repressivos tinham o mesmo *modus operandi*, buscavam alargar as fronteiras entre o público e o privado o tempo todo com o intuito de conseguir o maior número de informações possíveis sobre a conduta dos alvos, o que resultava em uma série de ilegalidades e arbitrariedades.

Os atestados ideológicos continuavam sendo solicitados para a contratação de funcionários no MEC nesse período, no entanto, a teia de informações disponíveis ao acesso das DSI's proporcionava uma segunda forma de filtragem desses indivíduos que pleiteavam vagas. As investigações giravam em torno de todo o corpo de funcionários das Universidades e do próprio Ministério da Educação. Ou seja, além dos atestados de ideologia, a comprovação de idoneidade ideológica era feita também pela própria Divisão de Segurança e Informação, que dessa forma, buscava barrar eventuais subterfúgios utilizados pelos contratados ou pelos reitores e diretores universitários que possuíam antecedentes políticos e sociais. Obviamente essa questão é relativa, muitas vezes, indicações políticas e apadrinhamentos falavam mais alto do que o aparato repressivo ao escolher um candidato que estavam pleiteando uma vaga no

MEC ou em Universidades Federais, conforme demonstra Motta (2014), mas o sistema cumpria com aquilo que dele era esperado.

Ampliando o campo de ação: O atestado ideológico e sua influência na Educação Básica no Rio Grande do Sul durante a Ditadura Civil-Militar⁷

Enquanto as autarquias federais e ministeriais implantavam a operação limpeza e investigavam seus funcionários, a nível estadual percebe-se também uma maciça atividade nesse sentido. A Comissão Geral de Investigações da Casa Civil do Estado do Rio Grande do Sul – órgão diretamente ligado ao gabinete do Governador – abriu em 15 de setembro de 1964, um processo contra os professores Jorge Luiz Barreiro, José Américo Freire, Valdir Rangrab Taborda e Luiz Carlos Pinto da Silva do Colégio Estadual Três Mártires, de Palmeiras das Missões propondo a aposentadoria compulsória do primeiro indiciado. De acordo com o processo, o nominado tinha “tendências esquerdistas” e:

[...] emprestou a uma aluna livro de cunho comunista, para que esta elaborasse um trabalho sob o tema “Democracia” determinado por outra professora, induzindo-a a defender as ideias nele expostas [e] durante conferência realizada no Colégio por refugiado cubano, manteve com este acalorada discussão, durante a qual defendeu intransigentemente o regime Castrista [e] foi o introdutor de um estudante da Universidade de Moscou que fez uma conferência no Colégio de apologia ao regime soviético. (Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo Casa Civil: Comissão Geral de Investigações – Processo número 11918).

Os outros três professores indiciados no processo foram excluídos da penalidade, no entanto, foram realocados de função. Esse é um caso específico da atuação da Operação Limpeza a nível estadual, no entanto, não é o único. Em meio aos processos da Comissão Geral de Investigações entre os anos de 1964 a 1970, diversos

⁷ Para mais informações sobre a Ditadura Civil-Militar no Rio Grande do Sul sugiro os seguintes autores e suas respectivas obras: BAUER, Caroline Silveira. Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar: terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul; LIEBERKNECHT, Vanessa. NO CORAÇÃO DAS TREVAS DOS PAMPAS: A SEÇÃO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL (SOPS); PADRÓS, Enrique Serra et al. A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964 - 1985): História e Memória. Porto Alegre: Corag, 2010.

professores foram investigados, demitidos, exonerados ou retirados de suas funções por ocorrências similares. É impossível estabelecer com exatidão a quantidade de professores que foram atingidos nos primeiros anos da Ditadura civil-militar pela operação limpeza. A documentação proveniente do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul foi queimada em 1982, o que impossibilita obter maiores dados sobre essas questões⁸.

A prática dos atestados ideológicos entre os anos de 1964 a 1969 também é difícil de estabelecer. Como a documentação do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) fora queimado, só o que se tem disponível é a comunicação entre as Seções de Ordem Política e Social e o DOPS, que foram criadas no ano de 1969. Portanto, as SOPS aparecem como a grande evidência na ditadura brasileira no âmbito do Rio Grande do Sul. Dois motivos tornam esse braço operacional do DOPS/RS um órgão tão interessante e importante. O primeiro diz respeito às questões geopolíticas e geoestratégicas, o Rio Grande do Sul é um estado fronteiro, e os setores intelectuais da Escola Superior de Guerra viam essa região como uma das mais importantes, principalmente pela sua facilidade de trânsito de um país para o outro, facilmente se saía e entrava na Argentina; e o segundo motivo é de ordem prática, a instalação das SOPS proporcionou a Secretaria de Segurança Pública e ao DOPS/RS um melhor controle das regiões, dividindo o estado em diferentes zonas policiais e centralizando a atuação das Delegacias do Interior nas Delegacias Regionais de Polícias e essas, por sua vez, na polícia política da capital Porto Alegre (LIEBERKNECHT, 2011). Essa centralização também dizia respeito aos atestados de ideologia política, no ofício 375/69, o Delegado Regional de Polícia da cidade de Cachoeira do Sul emite um comunicado às delegacias jurisdicionadas:

Solicito orientar delegacias jurisdicionadas no sentido de remeter requerimentos de Atestados de Ordem Política e Social através [das]

⁸ O episódio foi relatado pela historiadora Caroline Silveira Bauer em sua dissertação de mestrado "Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar: terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul". A historiadora também afirma que apesar da queima dos documentos existem evidências de que esses foram microfilmados e ainda pertencem à Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul (BAUER, 2006, p. 111).

respectivas regionais (Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo Secretaria de Segurança Pública – Seções de Ordem Política e Social, SOPS/CS 4.-.4671.57.16).

Apesar da falta de documentação que trata sobre a questão dos atestados de ideologia entre os anos de 1964 a 1969 pela queima da documentação do DOPS, alguns resquícios nesse período nos indicam a operacionalização da vigilância em torno de pessoas e grupos e a obtenção de dados sobre os mesmos com o intuito de comprovar e coletar dados referentes a antecedentes de ideologia política. Os atestados de ideologia faziam parte de uma lógica maior, a lógica da violência preventiva e punitiva. Sobre essa questão, Ananda Simões Fernandes define que esse tipo de violência:

[...] antes de ser repressiva passava a ser preventiva. Para os militares, estava-se vivendo uma guerra contra o “temor comunista”, mas não uma guerra tradicional, convencional, visto o “inimigo” estar dentro das fronteiras nacionais e também por agora se viver em um estado permanente de guerra: qualquer cidadão poderia ser/vir a ser esse “inimigo interno” que ameaçava a estabilidade da sociedade. “Buscava-se destruir o inimigo, desarmá-lo e obter sua consequente submissão, o que só seria possível forçando-o ao abandono da sua ideologia ou dos meios de expressá-la em público, ou seja, neutralizando a sua ação política”. (FERNANDES, 2018, p. 60-61)

Alguns dos resquícios sobre essa prática anterior a 1969 aparecem no documento intitulado “Classificação dos Informes na Fonte: Informe-Informações, Segurança Interna, Segurança Orgânica, Normas de Segurança da SSP-RS e Informações: Resumo Histórico”. Esse documento foi criado e difundido pelo Departamento de Ordem Política e Social através da Divisão de Busca e Coleta de Informações (DOPS/DBCI), essa divisão era responsável pela acumulação e processamento de informações e também pela emissão dos atestados de ideologia. Nesse documento encaminhado para as Delegacias Regionais de Polícia, que ainda não estavam totalmente adaptadas para o novo *modus operandi* da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, a DBCI conceituava as atividades de informação:

Toda atividade de informação é decorrente de uma situação existente ou potencial. Assim sendo quando a situação é potencial, como quando

em tempo de paz, estas atividades devem ser orientadas e executadas prevendo operações futuras. Atualmente, o que nos traz mais preocupações é a possibilidade de uma agressão partindo do exterior, mas assim vindo de elementos presentes no território nacional. Sendo esta hipótese a mais provável, nossas intenções deverão estar voltadas mais para a segurança interna do que para a externa. (Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo Secretaria de Segurança Pública – Seções de Ordem Política e Social, SOPS/SA 4.-.137.12.1).

Ou seja, a vigilância estava intimamente ligada a uma ideia de inimigo interno e da prática da violência preventiva. Dentro dessa lógica, antes que o fato ocorresse, medidas de coleta de informações e até mesmo de repressão, já deveriam estar sendo tomadas com o intuito de fornecer dados ou para coibir diretamente qualquer transgressão futura da ordem. Somado a isso, no ano de 1964, o Departamento de Ordem Política e Social emitiu a Circular 01/64 intitulada “Instruções Para as Delegacias de Polícia do Interior do Estado, no que se refere à Ordem Política e Social”. No documento os seguintes grupos são apontados como alvos de vigilância: sindicatos, rádios, emissoras, jornais, associações estudantis, associação de funcionários públicos, associações rurais e camponesas, funcionários públicos e todos os elementos esquerdistas (Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo Secretaria de Segurança Pública – Seções de Ordem Política e Social, SOPS/SA 4.-.136.12.1). Junto com os alvos de interesse descritos no documento, o DOPS também solicitava às regionais informações sobre o “Conceito de Ordem Política” e “Antecedentes de ordem política” de cada um dos grupos citados.

As Associações de estudantes e funcionários públicos e o próprio corpo de trabalhadores do Estado estavam sujeitos à coleta de dados sobre seu caráter “político e social” e entre eles, estavam os professores da rede pública. Cabe ressaltar que nesse primeiro momento, ao que tudo indica essas informações solicitadas pelo Departamento de Ordem Política e Social às Delegacias Regionais de Polícia que davam um parecer sobre as atitudes de "ordem política" de indivíduos e grupos alvos de vigilância parece ser um protocolo interno, uma espécie de levantamento de dados para procedimentos futuros. Podemos dizer, talvez, que esse parecer seja o princípio do retorno de um atestado de ideologia política emitido pelo DOPS em âmbito estadual,

no entanto, ressalvo as diferenças. Arns (1985) observa que os primeiros atingidos pelas perseguições políticas após 1964 foram os líderes sindicais, o movimento estudantil, os professores, militares e policiais. Ao que tudo indica, o Rio Grande do Sul manteve essa tendência.

Apesar da escassez de fontes sobre os atestados ideológicos em relação aos professores entre os anos de 1964 a 1969, outra questão chama a atenção na documentação produzida nas Seções de Ordem Política e Social. Os livros de protocolo das SOPS (Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo Secretaria de Segurança Pública – Seções de Ordem Política e Social, Livros de Protocolo) já em 1969 apontam a solicitação de diversos Atestados de Ideologia, e com certa aparência de rotina administrativa, o que pode ser indicio de que tal prática já era comum no interior do Estado e em grande escala antes mesmo da criação das Seções de Ordem Política e Social, que aconteceu em 1969 a partir do decreto 19.998, de 1º de dezembro. Inclusive a data da emissão de alguns dos atestados nos livros de protocolo é anterior a própria criação das SOPS.

A partir dos primeiros dias do ano de 1970, a documentação das Seções de Ordem Política e Social já registra uma série de solicitações de atestados de ideologia, documentação inclusive, muito mais abrangente do que a que fora gerada no ano de 1969 e conservada. Os solicitantes eram principalmente candidatos a vagas no magistério público Estadual e Municipal. Existia de fato uma preocupação constante em relação aos professores e sua ideologia, como demonstra a Informação 58-S/2 de 1972, difundida nas Delegacias Regionais de Polícia onde as autoridades pediam alerta em relação ao docente José Marques de Melo que pretendia:

[...] lecionar em vários estabelecimentos deste Estado [...] Os exemplos coligidos pelo professor e diversos jornais e livretos publicados, demonstram a intenção de procurar influenciar seus alunos negativamente, através de propaganda subliminar (Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo Secretaria de Segurança Pública – Seções de Ordem Política e Social, SOPS/RG 1.2.620.6.3).

Outro exemplo marcante da questão da ideologia presente em sala de aula se dá no caso da investigação em torno de professores de Moral e Cívica⁹, encabeçada pelo DOPS/RS. No documento de abertura das diligências, a Nota de Serviço nº 3 de 1971 denunciava que: "Consta que em estabelecimento de ensino [...] tem sido constatada a presença de elementos atingidos por atos institucionais ou possuidores de antecedentes ideológicos negativos lecionando a disciplina de Educação Moral e Cívica" (Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo Secretaria de Segurança Pública - Seções de Ordem Política e Social, SOPS/RG 1.8.1258.15.5). Em outro documento, fruto do mesmo caso os agentes do DOPS/RS exprimem outra preocupação:

Tem ainda, havido tentativas de desvirtuamento do Estabelecimento do Programa Geral dessa matéria, elaborado pelo Conselho Nacional de Educação, através de diversos artifícios como Gincanas e Júris Simulados, onde são abordados, por pessoas nem sempre a altura, temas delicados ou controversos [...] Ocorreram casos em que, através de gincanas, os alunos convidaram para falar sobre educação sexual um primeiranista de Medicina e sobre tóxicos um investigado de polícia [...] Tanto os elementos com ideias subversivas, como esses tipos de júris e gincanas vem acarretando grandes prejuízos para a classe estudantil: os primeiros, pelas ideias negativas que, na maioria das vezes, veladamente procuram transmitir; os segundos pela imagem distorcida que apresentam aos alunos de assuntos que merecem o maior cuidado por parte dos professores (Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo Secretaria de Segurança Pública - Seções de Ordem Política e Social, SOPS/RG 1.8.1259.15.5)

Ao que tudo indica, júris simulados e gincanas eram de fato uma “grande ameaça” na época para os agentes da repressão. A preocupação em relação ao cumprimento das regras relativas à apresentação do Atestado Ideológico para o

⁹A disciplina de Educação Moral e Cívica (EMC) foi implantada em 1969, após a grande onda de protestos estudantis e da publicação do Ato Institucional número 5 (AI - 5) no ano anterior. Essa disciplina era voltada para a propagação - junto com as demais disciplinas da área de ciências humanas - de uma noção de cidadania e de indivíduo coletivo, pregando ideais do próprio regime militar e da Doutrina de Segurança Nacional. Essa disciplina buscava inculcar valores que eram "aceitáveis" dentro da noção de cidadania da Ditadura civil-militar, estimular o combate ao comunismo e a manutenção da "coesão nacional" pretendida pelo regime (FILGUEIRAS, 2006). Em sua dissertação de mestrado a educadora Juliana Miranda Filgueiras produziu um importante estudo sobre as origens da EMC e o impacto dela na educação brasileira durante e após a ditadura. FILGUEIRAS, Juliana Miranda. A EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA E SUA PRODUÇÃO DIDÁTICA: 1969 - 1993. 2006.

exercício docente da disciplina de Moral e Cívica demonstra que não só essa disciplina escolar era importante aos olhos dos burocratas e agentes dos órgãos de informação e repressão, mas que era necessário um professor "à altura", conforme dito no documento. À altura, nesse caso, significa "isenção" ou despolitização como observaria Comblin (1978). Essa disciplina tinha o intuito de provocar uma reflexão sobre a cidadania no Brasil e obviamente um opositor que não comungava das mesmas ideias não poderia ministrar essa aula, uma vez que se corria o risco de eventuais "desvios" ou "subversões" por parte do docente em sala de aula. O fato do DOPS ter aberto diligências em relação aos professores atuando que continham antecedentes políticos demonstra o que ocorria quando um professor lecionava sem apresentar ou sem ter o direito a um Atestado de Ideologia.

A quantidade de atestados ideológicos solicitados era realmente grande, a ponto de no dia 08 de junho de 1972, o Inspetor de Polícia da SOPS de Lagoa Vermelha cobrar posicionamento do DOPS em relação à emissão de alguns atestados que ainda não haviam sido emitidos pela grande demanda na emissão desse documento na DBCI (Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, Fundo Secretaria de Segurança Pública – Seções de Ordem Política e Social, SOPS/LV 1.7.2964.30.11). Os atestados de ideologia eram, evidentemente, importantes, ao ponto de virarem norma dentro do serviço público e demais setores da sociedade. Mas a norma por si só não revela a real importância desse mecanismo. Um autor mais voltado à questão da cultura nas sociedades vai estabelecer um paralelo que talvez - apesar do enfoque desse trabalho ser diferente do historiador indicado - seja útil para compreender a questão que irei levantar. Esse historiador é o Edward P. Thompson, que em um texto sobre Folclore, Antropologia e História Social define que para compreendermos determinadas situações, costumes, hábitos e convenções sociais e sua importância para o funcionamento de determinadas sociedades devemos observar também os momentos em que alguém ou um grupo de pessoas foge da norma (THOMPSON, 2002).

O enfoque desse autor é realmente muito diferente do que está sendo tratado aqui, mas a título de exemplo, o que observamos no documento citado acima sobre os professores lecionando sem terem direito ao atestado de ideologia, demonstra como o

desvio da norma evidenciou a importância dessa convenção que parece meramente administrativa, mas que possui um fundo profundamente político. Abrir uma investigação envolvendo diferentes jurisdições policiais em um estado inteiro expõe como os atestados de ideologia eram um hábito e uma convenção. Além disso, o que se observa através da documentação desse período é a relação direta entre a prática dos atestados ideológicos na educação básica e a proposta de modernização autoritária através da violência preventiva. O DOPS/RS acreditava que o Brasil vivia em uma “Guerra Revolucionária Psicológica” contra um inimigo interno, desconhecido, sem rosto e indefinido e atuava através da informação no sentido de prever os movimentos desse suposto “oponente” (LIEBERKNECHT, 2011).

O Atestado Ideológico na educação básica correspondia a um princípio de “Coesão Nacional” contido na Doutrina de Segurança Nacional e na Seção “DA FAMÍLIA, DA EDUCAÇÃO E DA CULTURA” da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul do ano de 1970. A própria constituição previa, em seu artigo 176, que a educação seria inspirada no princípio da unidade nacional, e esse princípio seria conquistado através da vigilância e controle de professores e de alunos (RIO GRANDE DO SUL, 1970). Na “Guerra Psicológica” da lógica da paranóia e da suspeição do período Ditatorial do Brasil a educação era e talvez ainda seja para aqueles que acreditam viver nesse período, peça chave para o controle e para a despolitização da população. Evidentemente existiam subterfúgios, outros autores já argumentaram e demonstraram muito bem como se fazia possível “driblar” os mecanismos de controle social do Estado ¹⁰. Eram muitos subterfúgios, desde indicações políticas, apadrinhamentos e os famosos “carteiraços”, que possibilitavam que pessoas tivessem acesso a direitos que lhes eram negados por serem contrários à Ditadura civil-militar. Essa questão dos subterfúgios aparece muito em relação aos atestados de ideologia, mas a questão não é avaliar o quanto esse mecanismo era livre de falhas, mas sim, pensar sua existência e sua lógica.

¹⁰ O historiador Rodrigo Patto Sá Motta em sua obra “As universidades e o regime militar: Cultura política brasileira e modernização autoritária” relata alguns casos da utilização de influências pessoais e políticas para obter vantagens ou subterfúgios frente ao sistema repressivo montado no MEC e nas Universidades.

1979 e a extinção do atestado ideológico: Um final não muito bem resolvido

Durante os anos 1970, por conta das ondas de protestos e movimentos reivindicando a Anistia Política, a pressão de grupos engajados politicamente, a chegada de Geisel ao poder e a crise econômica que começou em 1973 temos o início de algumas transformações políticas no interior do regime ditatorial militar brasileiro. Pensava-se então na abertura política. Essa abertura aconteceu de forma gradual e tutelada, a ditadura militar “detinha poder suficiente para controlar o ritmo da transição e para extrair um alto preço por se retirar do poder” (LINZ & STEPAN, 1999, p. 205). Dentro desse contexto, Padrós (2010) define que a abertura democrática foi:

[...] dentro da ordem [...] como defendem alguns autores, uma transição tutelada pelos militares [...] entre estes, tampouco havia consenso sobre como ou quanto se poderia “abrir”; havia ainda aqueles que resistiam à mudança. Assim, os caminhos e descaminhos da abertura foram marcados por avanços e recuos por parte do governo e do partido/organizações que lhe davam sustentação (e) [...] apesar do discurso de uma suposta democratização, houve a manutenção do aparato repressivo e de mecanismos para barrar qualquer oposição sistemática ao regime, como a Lei Falcão e o Pacote de Abril. (PADRÓS, 2010; p. 37).

Se de um lado a partir de 1975 existia a pressão de movimentos sociais em torno da anistia, do outro o aparato repressivo intensificava suas atividades. A questão do Atestado de Ideologia passou a ser um debate constante nesses grupos de oposição “tolerados” pela ditadura. Ainda na década de 1970, no ano de 1978, diversos municípios e estados brasileiros iniciaram a extinção desse mecanismo em suas esferas, no entanto, os Departamentos de Ordem Política e Social continuavam emitindo os atestados; é o que relata a PL 15/1979 que “Proíbe a exigência do ‘Atestado de Ideologia’ sob qualquer denominação que lhe seja dada”, uma das justificativas do projeto é de que se tratava de uma “exigência ilegal, e eufemisticamente designada com denominações tais como: atestado de Antecedentes Políticos Sociais, Atestado de não Política e social (SIC)” (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 1979). Dessa maneira o Atestado de Ideologia continuava a ser solicitado apesar de tal prática não possuir, naquele

momento, amparo legal. Por conta da extinção, as polícias políticas davam outro nome para o atestado, buscando assim, encontrar brechas nas legislações estaduais e municipais, conforme relata o documento. No Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul ocorreu um caso parecido de acordo com a seguinte correspondência entre o DOPS e as Delegacias Regionais, no documento temos o seguinte relato:

Conforme já divulgado anteriormente, este Departamento não fornece mais atestados de Ideologia Político-Sociais. No entanto existem casos em que nomes são verificados nos arquivos [...] 2. Conforme ordem do Senhor Secretário de Segurança, a fim de que o fato não seja explorado politicamente, pede-se o máximo sigilo quanto a essa medida de caráter administrativo. (AHRS - SSP/SOPS/CS - 4.-.4806.60.17)

Através desses "nomes" que eram "verificados nos arquivos" o DOPS do Rio Grande do Sul conseguiu prolongar por mais um breve período a emissão dos atestados de ideologia. O Atestado Ideológico representou na educação assim como nos outros setores do governo, uma tentativa de afastar antagonismos das instituições e do convívio. Além disso, a educação era compreendida como um setor estratégico da "Guerra Psicológica" contra o inimigo interno. A ação dos Atestados de Ideologia convergia com uma série de premissas contidas no plano desenvolvimentista de sociedade ideal em contexto de Guerra Fria. Com o declínio dessas estruturas, durante a década de 1970, principalmente a partir da crise do petróleo e posteriormente, em 1975, com o ressurgimento dos movimentos sociais, fez com que essa prática aos poucos desaparecesse. A atuação dos grupos em prol da anistia possibilitou, entre outras coisas, o engajamento em torno da devolução dos direitos políticos aos inimigos do regime.

A carta de Salvador do ano de 1978, que era um manifesto unificado de todos os movimentos de luta pela anistia, estabeleceu como de uma de suas pautas dentro da luta pela restituição dos direitos políticos, a extinção do atestado de ideologia (AHRS - MFPA, Caixa 02). Os anos de 1978 e 1979 inauguram mudanças em relação à vida política no Brasil e isso afeta os meios em que os órgãos de repressão e informação

funcionavam. A extinção do Atestado de Ideologia é uma prova disso. No entanto, esse final é um pouco nebuloso. O PL 15 de 1979 foi o primeiro passo para essa extinção a nível federal, no entanto, outros projetos de lei foram protocolados no mesmo ano, envolvendo principalmente a esfera sindical, mas não tiveram a votação no mesmo ano.

Para René Rémond, em regimes ou governos autoritários, o espaço político não tem fronteiras, “ele se dilata até incluir toda e qualquer realidade e absorver a esfera do privado” (2003 p. 442). O que ocorreu em 1979 em relação à extinção dos atestados de ideologia (e principalmente o processo de anistia política no Brasil) representou o início do reconhecimento dos limites dos sistemas políticos. Representava pelo menos uma crença na busca pela normalidade institucional. Se durante a ditadura militar as fronteiras entre público e privado eram dilatadas, viravam relatórios e informes que depois eram transformados em meios de comprovação ideológica, a extinção dos atestados ideológicos representava o contrário.

Considerações finais : algumas reflexões sobre História e a História da Ditadura Civil-Militar brasileira

O Brasil viveu durante a ditadura civil-militar um período de profundas arbitrariedades políticas, o aparato repressivo perseguia, matava, seqüestrava e torturava. A luta pela conquista da anistia em 1979 e a abertura política representavam uma "luz no fim do túnel". Hoje sabemos que a tutela dos setores militares durante o processo política da redemocratização (PADRÓS, 2010) manteve o fantasma do autoritarismo rondando o Brasil. Opiniões políticas e ideológicas dizem respeito à esfera privada, principalmente quando o ambiente em que estão inseridas não é o ambiente político. Quando essa lógica se inverte, quando o espaço público começa a invadir o privado (RÉMOND, 2003) presenciamos predisposições autoritárias, o atestado ideológico é uma espécie de materialização desses aspectos.

No entanto, vivemos mais uma vez um momento traumático, e as influências claramente apontam para o que aconteceu entre os anos de 1964 e 1985. Um exemplo disso é o que ocorreu em 08/01/2019. Nesse dia, o então ministro Velez Rodríguez, junto de sua equipe empossada na CAPES estavam cogitando comprovação ou crivo

ideológico para a concessão de bolsas de pesquisa no exterior. E em 02 de agosto de 2019 o Portal Factótum Cultural divulgou reportagem em que uma vaga de emprego no site "indeed.com" exigia que os candidatos informassem quais foram os seus votos nas eleições de 2014 e 2018. O discurso de posse do atual presidente, em 2019¹¹, evidenciava algo que aparentemente não tinha importância, mas nos diz muito sobre as pretensões e projetos políticos autoritários. Em tom de comemoração, o presidente fazia referência ao combate a uma suposta "ideologização". Esse discurso abre precedentes para dois caminhos: a naturalização de uma ideologia e a despolitização da sociedade. Essa característica pertence aos sistemas autoritários, Comblin (1978) define que a despolitização da sociedade e das camadas populares é uma marca importante desses regimes.

Antes de finalizar esse artigo, é importante ressaltar que esse texto não é uma tentativa de fornecer respostas sobre determinado período e muito menos pretende ser um trabalho definitivo sobre o tema. Antes de qualquer coisa, esse trabalho é uma divulgação de um tema ainda pouco explorado e de fontes documentais importantes para a historiografia brasileira. Muito mais do que respostas, o que se propõe é, a partir daquilo que foi exposto, levantar mais e mais perguntas e instigar a curiosidade de pessoas, historiadores e pesquisadores interessados no tema, com o intuito de no futuro multiplicar a quantidade de pesquisas sobre essa temática, essas fontes e o objeto aqui analisado.

Talvez muito mais do que provocar reflexões sobre o atestado de ideologia, o importante seja dedicar os parágrafos finais de cada artigo para pensar a importância do historiador em um momento político de turbulências. A História é a ciência da apuração, quanto mais fontes são "descobertas" mais se sabe, quanto mais pesquisadores, alunos de História e historiadores mais ricos se fazem os relatos e as narrativas sobre o passado e os retratos de épocas distantes ou mesmo próximas de nós. As renovações do político que aconteceram principalmente após a História Política proposta por Rémond (2003) nos fornecem cada vez mais possibilidades de entender a

¹¹ Disponível em <<https://veja.abril.com.br/politica/leia-a-integra-dos-dois-primeiros-discursos-do-presidente-jair-bolsonaro/>>

nossa sociedade, de fornecer respostas ao passado, mas também de pensar o presente. Da mesma maneira, em um período de turbulências políticas, de negações da ciência e do fazer historiográfico, se faz necessário responder a cada ataque com aquilo que temos de melhor: o nosso conhecimento, as nossas pesquisas, o nosso trabalho e a proliferação de mais e mais historiadores que contribuirão para a construção do nosso futuro enquanto sociedade e com a vida do nosso presente.

Viver em períodos de crises políticas, caracterizados pela ascensão de pensamentos e mentalidades autoritárias exige dos historiadores cada vez mais engajamento, aquele engajamento do qual Eric Hobsbawm (1998) fazia referência, um engajamento político com a verdade. Pesquisar sistemas ou governos autoritários e períodos traumáticos da História da humanidade, da América Latina e do Brasil (como é o caso desse artigo) se apresenta como peça fundamental para a construção de um futuro e de alternativas mais humanas para a sociedade. As reflexões aqui feitas apontam para um único caminho: o da ciência democrática, livre e de acesso amplo, tanto para os novos pesquisadores quanto para a sociedade.

Referências

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; WEIS, Luiz. CARRO ZERO E PAU-DE-ARARA: O COTIDIANO DA OPOSIÇÃO DE CLASSE MÉDIA AO REGIME MILITAR. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz et al. História da Vida Privada no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. cap. 5, p. 319-409. v. 4.

AUGUSTO, Otávio. Concessão de bolsa no exterior com crivo ideológico preocupa especialistas. **Correio Braziliense**, 8 jan. 2019. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2019/01/08/interna-brasil,729700/concessao-de-bolsa-no-externo-com-crivo-ideologico-preocupa.shtml>. Acesso em: 22 abr. 2020.

ARNS, Paulo Evaristo et alli. Brasil Nunca Mais. Petrópolis: Editra Vozes, 1985.

BAUER, Caroline Silveira. **Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar: terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul**. Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2006.

BUONICORE, Augusto César. SINDICALISMO VERMELHO: A POLÍTICA SINDICAL DO PCB ENTRE 1948 E 1952. **Cad. AEL**, [S. l.], v. 07, n. 12/13, 2000. Disponível em:

<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2485>. Acesso em: 19 abr. 2019.

CHAUÍ, Marilena. O que é ideologia. S.l.: SABOTAGEM, 2004. 47 p. Disponível em: http://www2.uefs.br/filosofia-bv/pdfs/chau_i_02.pdf. Acesso em: 1 nov. 2019.

COMBLIN, Joseph. A Ideologia da Segurança Nacional: O Poder Militar na América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira S.A., 1978. 251 p.

FERNANDES, Ananda Simões. **BUROCRATAS DA DOR: AS CONEXÕES REPRESSIVAS ENTRE OS ÓRGÃOS DE INFORMAÇÃO DAS DITADURAS BRASILEIRA E URUGUAIA (1973-1985)**. Orientador: Prof. Dr. Cesar Augusto Barcellos Guazzelli. 2018. 306 f. Tese (Doutorado em História) - INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/182779/001076073.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 4 set. 2019.

FILGUEIRAS, Juliana Miranda. **A EDUCAÇÃO MORAL E CÍVICA E SUA PRODUÇÃO DIDÁTICA: 1969 - 1993**. 2006. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, [S. l.], 2006. Disponível em: <https://tede.pucsp.br/bitstream/handle/10549/1/Dissertacao%20Juliana%20Miranda%20Filgueiras.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2020.

GIANNOTTI, Vito. CEM ANOS DE LUTAS DA CLASSE OPERÁRIA NO BRASIL 1880-1980. **INFORMAR CULTURA & EDUCAÇÃO POPULAR**, [S. l.], 2010. Disponível em: <http://centrovictormeyer.org.br/wp-content/uploads/2010/04/Cem-anos-de-lutas-da-classe-oper%C3%A1ria-1880-1980-Vito-Giannotti.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2019.

GOMES, Angela Maria de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005. 320 p.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 355 p.

HOBBSAWM, Eric. **VIVA LA REVOLUCIÓN: A ERA DAS UTOPIAS NA AMÉRICA LATINA**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. 544 p.

KUSHNIR, Beatriz. Decifrando as astúcias do mal. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, [s. l.], ano XLII, n. 1, p. 40-51, jan/jun 2006. Disponível em: https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/31046812/Decifrando_as_astucias_do_mal.pdf?responsecontentdisposition=inline%3B%20filename%3DDecifrando_as_astucias_do_mal.pdf&X-Amz-Algorithm=AWS4-HMAC-SHA256&X-Amz-Credential=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A%2F20191002%2Fus-east-1%2Fs3%2Faws4_request&X-Amz-Date=20191002T190732Z&X-Amz-Expires=3600&X-Amz-SignedHeaders=host&X-Amz-

Signature=1647a2cbc9e147d4911b493d4fe45eed9a0a0180c7772a09ae8e514c12cdd5c4. Acesso em: 14 set. 2019.

LIEBERKNECHT, Vanessa. **NO CORAÇÃO DAS TREVAS DOS PAMPAS: A SEÇÃO DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL (SOPS)**. Porto Alegre: [s.n.], 2011. 196 p. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/3772>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

LINZ, J. & STEPAN, A. 1999. **A transição e consolidação da democracia : a experiência do Sul da Europa e da América do Sul**. São Paulo : Paz e Terra.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: Cultura política brasileira e modernização autoritária**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. 429 p.

PADRÓS, Enrique Serra. **como el uruguay no hay... : terror de estado e segurança nacional uruguai (1968-1985) : do pachecato à ditadura civil-militar**. 2005. 876 f. Tese (Doutorado em História)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, UFRGS, Porto Alegre, 2005. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/6149>>. Acesso em: 23 out. 2018.

PADRÓS, Enrique Serra; GASPAROTTO, Alessandra. **Gente de Menos: nos caminhos e descaminhos da abertura no Brasil**. In: PADRÓS, Enrique Serra et al. **ADitadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul(1964 - 1985): História e Memória**. Porto Alegre: Corag, 2010.

PORTAL FACTÓTUM CULTURAL. <https://factotumcultural.com.br/2019/08/02/voce-sabe-o-que-e-atestado-ideologico-ele-voltou/>. In: **Portal Factótum Cultural**. [S. l.], 2 ago. 2019. Disponível em: <https://factotumcultural.com.br/2019/08/02/voce-sabe-o-que-e-atestado-ideologico-ele-voltou/>. Acesso em: 28 abr. 2020.

RÉMOND, René. **DO POLÍTICO**. In: RÉMOND, René (Org.). **POR UMA HISTÓRIA POLÍTICA**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003. cap. 14, p. 441-453.

S.N., Adail *et al.* **Antologia brasileira de humor**. Porto Alegre: L&PM, 1976. 255 p. v. 2.

THOMPSON, E. P. **Folclore, antropologia e história social**. In: _____. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. NEGRO, Antônio Luigi; SILVA, Sérgio (orgs). Campinas: Editora da Unicamp, 2002 [1977]. p.227-268.

Leis e acervos consultados

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – Acervo Particular Tarso Dutra

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul - Acervo Particular do Movimento Feminino Pela Anistia (MFPA/RS)

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – Fundo Secretaria de Segurança Pública, Seções de Ordem Política e Social.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul – Fundo Legislação.

BRASIL. Lei n. 1667, de 01 de set. de 1952. LEI No 1.667, DE 1º DE SETEMBRO DE 1952. **Revoga a alínea a do art. 530, do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, (Consolidação das Leis do Trabalho), e dá outras providências.** [S.l.], p. /-/, set. 1952.

BRASIL. Decreto n. 60940, de 14 de jul. de 1967. Decreto nº 60.0940. **Transforma em Divisão de Segurança e Informação as atuais Seções de Segurança Nacional dos Ministérios Civis e dá outras providências.** Brasília, p. 1-2, jul. 1967. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-60940-4-julho-1967-402027-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 30 jul. 2018.

BRASIL. Decreto n. 62803, de 03 de jun. de 1968. Decreto nº 62.803, de 3 de Junho de 1968. **Aprova o regulamento das Divisões de Segurança e Informações dos Ministérios Civis** .. Brasília, p. 1-1, jun. 1968. Disponível em: <<http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=485430&id=14312180&idBinario=15669302&mime=application/rtf>>. Acesso em: 31 jul. 2018.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Projeto Lei nº 15, de 8 de março de 1979.** Proíbe a exigência do Atestado de Ideologia sob qualquer denominação que lhe seja dada. Brasília, 8 mar. 1979. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=68E0099AA98B0D59587BD19571FA430D.proposicoesWeb2?codteor=1181292&filen ame=Dossie+-PL+15/1979. Acesso em: 22 abr. 2020.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964.** Dispõe sobre os Órgãos de Representação dos estudantes e dá outras providências. [S. l.], 1964. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4464-9-novembro-1964-376749-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 10 dez. 2019.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº 19.998, de 01 de dez. de 1969. **Estabelece a Estrutura e o Regulamento Geral da POLÍCIA CIVIL da Secretaria da Segurança Pública e dá outras providências.** Porto Alegre, ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL – FUNDO LEGISLAÇÃO.

RIO GRANDE DO SUL. [Constituição (1970)]. **CONSTITUIÇÃO RIO GRANDENSE.** Porto Alegre: [s. n.], 1970. Disponível em: www.al.rs.gov.br/legis. Acesso em: 9 dez. 2019.

Enviado em: 09.05.2020

Aceito em: 28.06.2020